

O setor de confecção em Goiânia: análise da relação entre trabalho doméstico e trabalho domiciliar

I Seminário Nacional de Trabalho e Gênero
ST 4 – *Trabalho feminino no setor do vestuário*

Jordão Horta Nunes
Andréia Ferreira Campos
Fevereiro de 2006

Resumo

O setor de confecção emprega intensivamente o trabalho feminino, apresenta uma estrutura heterogênea e compreende uma diversidade de técnicas produtivas. Caracteriza-se pelo predomínio de micro e pequenas empresas, pela competitividade e a sazonalidade da produção, além da presença de relações de terceirização e subcontratação entre empresas de porte diferente ou ligadas a etapas distintas do processo de produção. O objetivo aqui é considerar, no elo mais precário da rede, que envolve o trabalho de costureiras em oficinas de âmbito familiar ou facções subcontratadas, a relação entre trabalho doméstico e trabalho domiciliar sob o prisma de relações de gênero. Partimos de algumas considerações sobre o setor de confecção no Brasil e em Goiás, numa primeira parte, seguida de uma análise com base em pesquisa de enfoque qualitativo realizada em 2005 no bairro de São Judas Tadeu, próximo ao campus II da UFG, em Goiânia, empregando principalmente entrevistas semi-estruturadas com trabalhadoras na área de confecção.

Palavras-chave: trabalho doméstico, indústria de confecção, trabalho domiciliar

A indústria de confecções, parte do setor têxtil, compreende os segmentos de vestuário e artigos confeccionados. Trata-se de uma indústria tradicional, que requer ocupação intensiva de mão-de-obra e apresenta uma estrutura bastante heterogênea e fragmentada, empregando uma diversidade de técnicas produtivas. O grande predomínio de micro e pequenas empresas no setor tem como principais justificativas o baixo custo de entrada e a facilidade de acesso à tecnologia. Outras características do setor são a competitividade, em virtude das oscilações da moda e da sazonalidade da produção e a presença de relações de terceirização e subcontratação entre empresas de porte diferente ou ligadas a etapas distintas do processo de produção.

A fabricação de uma peça de confecção envolve um processo produtivo com as seguintes etapas: idealização (criação, design), preparação (modelagem, gradeamento, corte), montagem (costura, overloque), acabamento (caseamento, botões, limpeza, passadoria) (Cf. ABREU, 1986; CASTRO, 2004). Há uma diversidade de formas de se dividir o processo de produção, fragmentando e heterogeneizando a cadeia, principalmente nas etapas que precedem a costura. Tal característica favorece as redes de subcontratação. O emprego de inovações tecnológicas praticamente se restringe às duas primeiras fases, com destaque para as etapas de desenho (uso de sistemas CAD, *Computer Aided Design*) e máquinas operatrizes automatizadas para corte (sistemas CAM, *Computer Aided Manufacturing*). Além disso a apropriação e incorporação dessas técnicas restringem-se a empresas de maior porte, com produção em larga escala. A etapa de montagem continua predominantemente baseada no trabalho intensivo de costureiras. A mão-de-obra feminina aparece em toda a cadeia, embora ela seja fortemente predominante no elo em que prevalece as formas precárias de contratação ou subcontratação, ou seja, no trabalho domiciliar para empresas de confecção, resultado da “crescente flexibilização do processo produtivo diante de um mercado diversificado, sazonal e em crise permanente” (ABREU e SORJ, 1993a), com a finalidade de redução de custos, manutenção dos prazos de entrega e, como salientaram ARAÚJO e AMORIM (2002, p. 297), transferência de riscos (principalmente os decorrentes de flutuações da demanda) da empresa contratante para as facções subcontratadas. Assim,

é na costura que o setor de confecção demonstra sua identidade ocupacional e de gênero, bem como os problemas sociais que lhe são próprios, principalmente em virtude do uso intensivo e precário da mão-de-obra. Contudo, é necessário valorizar, para a compreensão da formação do valor na cadeia produtiva de peças de confecção compreende elos que estão a montante da produção, como o design, a negociação com fornecedores e a gestão de marcas e fatores que estão a jusante, como coordenação e logística da cadeia de fornecedores.

Considerar a amplitude e extensão da cadeia de confecção, sobretudo se a considerarmos o contexto atual e os resultados da reestruturação produtiva sobre o setor nos últimos vinte anos excederia, evidentemente, o escopo deste trabalho. O objetivo aqui é considerar, no elo mais precário da rede, que envolve o trabalho de costureiras em oficinas de âmbito familiar ou facções subcontratadas, a relação entre trabalho doméstico e trabalho domiciliar sob o prisma de relações de gênero. Partimos de algumas considerações sobre o setor de confecção no Brasil e em Goiás, numa primeira parte, seguida de uma análise com base em pesquisa de enfoque qualitativo realizada em 2005 no bairro de São Judas Tadeu, próximo ao campus II da UFG, em Goiânia, empregando principalmente entrevistas semi-estruturadas com trabalhadoras na área de confecção. O suporte de um estudo de caso não permite, certamente, generalizações; a intenção é proporcionar elementos para comparações com outras pesquisas recentes realizadas em outras regiões, como no Sudeste (AMORIM, 2003; LEITE, 2004; ARAÚJO e AMORIM, 2002), Sul (GAZZONA, 1997; RUAS, 1993) ou Nordeste (MOREIRA, 1997; LIMA e FERREIRA, 1996;1999; SILVA, 1979).

O setor de confecção no Brasil e em Goiás

O Brasil ocupa o quarto lugar na produção da indústria de confecção (LEITE, 2004), liderada pela China, embora essa posição não se reflita na hierarquia dos países exportadores do setor. Foi incipiente a participação brasileira no processo de reestruturação produtiva que atingiu o setor a partir dos anos 80, gerando demanda pela mão-de-obra barata encontrada nos países periféricos, que se tornaram grandes exportadores na cadeia (China, Hong Kong, Turquia, México)¹. A contribuição brasileira chegou a declinar durante os anos 90 (de 0,2% em 1990 para 0,1% em 2001). Alguns autores analisaram, no caso do setor de confecção no Brasil, a transição de um mercado doméstico fortemente protegido, até o final dos anos 80, para uma exposição à concorrência externa, a partir dos anos 90, com a forte redução das alíquotas de importação, gerando redução significativa do número de estabelecimentos industriais e de postos de trabalho no setor (GORINI, 1998; HAGUENEUR, 2001; LUPATINI, 2004).

O setor de confecção vem ocupando, a partir da década de 80, um posto destacado na economia do Estado de Goiás. O cadastro da Secretaria da Fazenda registra, desde 1990 até 2005, a primazia dos setores de vestuário, calçados e artefatos de tecidos, juntamente com o setor de produtos alimentares, no que se refere a número de estabelecimentos industriais²:

¹ Segundo PROCHNIK (2002), os países em desenvolvimento (principalmente os asiáticos) predominam como exportadores (60% das exportações de produtos têxteis e 78% das exportações de produtos confeccionados, em 2000).

² A tabela apresenta apenas os três gêneros com maior número de estabelecimentos.

Tabela 1 – ESTADO DE GOIÁS: Número e gênero de estabelecimentos industriais, cadastrados na Secretaria da Fazenda – posição: jun/91, jun/93, mai/96, mai/99, jan/01, jan/02, jan/03 - 2004.

Especificação	1991	1993	1996	1999	2001	2002	2003	2004
Total	9261	10711	11954	9420	10405	11845	11809	12668
Vestuário, Calçados e Artef. Tecidos	2619	2786	3358	2343	2828	3289	3304	3741
Prod. Alimentares	2484	3074	3470	2989	3116	3209	3968	3152
Prod. Minerais não metálicos	887	1007	1013	803	819	916	937	943

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2005.

Segundo a Agicon – Associação Goiana de Indústrias de Confecções e Correlatas, o faturamento anual do setor alcança mais de R\$ 200 milhões. Cerca de 60% das empresas cadastradas na Secretaria do Planejamento do Estado de Goiás encontram-se na capital, Goiânia, que vem ganhando destaque como centro de ocupação de mão-de-obra no setor, embora não registre nenhum estabelecimento de grande porte. A região metropolitana de Goiânia apresenta uma expressiva frequência de vínculos empregatícios no setor de “confecções”, parte do setor da indústria de vestuário. Goiânia registrou, em 2003, 10.328 vínculos formais de trabalho no setor e ocupa a quarta colocação no que se refere a número de vínculos em relação a todos os municípios brasileiros. A importância do setor fica ainda mais evidente quando levamos em conta a proporção de vínculos em relação a todos os demais setores de atividade econômica. Embora a cidade tenha a maior parte dos trabalhadores formais nos setores da “administração pública, defesa e seguridade social” e “comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos”, o setor de confecção emprega 2,92% dos vínculos de toda a população economicamente ativa, índice só superado em Fortaleza (5,56%) se considerarmos as quatro cidades que apresentam maior número de vínculos no setor. Goiânia está na segunda colocação, dentre as grandes cidades brasileiras, no que poderíamos chamar de taxa de ocupação relativa no setor de “confecção de artigos do vestuário e acessórios” e a quarta na ocupação absoluta.

Tabela 2 – CAPITAIS BRASILEIRAS: Número de vínculos nas quatro maiores cidades brasileiras em termos da ocupação no setor de confecção em 2004.

Cidade	Fortaleza	Goiânia	São Paulo	Rio de Janeiro
Número de vínculos	25.765	11.522	65.006	16.057
% relativa de vínculos do setor	5,56	2,92	1,86	0,88

Fonte: elaboração dos autores com base na RAIS/MTE 2004

O crescimento de número de estabelecimentos e de postos de trabalho no setor formal foi significativo nos últimos dez anos, como indicam as tabelas a seguir:

Tabela 3 – MUNICÍPIO DE GOIÂNIA: Número de estabelecimentos industriais no setor de confecção (Divisão 18 da CNAE 95), classificados por número de empregados:

	1.994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
0 Empregados	77	160	136	150	128	133	113	177	178	188	171
Ate 4 Empregados	350	426	455	478	521	515	641	685	672	698	720
De 5 a 9 Empregados	149	132	142	161	166	192	226	230	261	271	321
De 10 a 19 Empregados	81	83	77	98	127	135	157	177	182	185	184
De 20 a 49 Empregados	52	51	70	58	69	82	92	85	98	99	115
De 50 a 99 Empregados	9	14	13	15	14	13	10	17	17	23	22
De 100 a 249 Empregados	6	3	4	2	3	5	8	6	5	3	5
Total	724	869	897	962	1.028	1.075	1.247	1.377	1.413	1.467	1.538

Fonte: RAIS (MTE) - Elaboração dos autores

Tabela 4 – MUNICÍPIO DE GOIÂNIA: Número de vínculos empregatícios industriais no setor de confecção (Divisão 18 da CNAE 95), classificados por tamanho de estabelecimento:

	TOTAL										
Ate 4 Empregados	1.994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Masculino	67	147	113	147	175	146	239	227	250	258	286
Feminino	631	716	748	848	893	867	1.057	1.143	1.117	1.162	1.192
Total	698	863	861	995	1.068	1.013	1.296	1.370	1.367	1.420	1.478
De 5 a 9 Empregados											
Masculino	126	90	146	186	174	221	326	318	402	415	506
Feminino	837	781	779	883	893	1.084	1.216	1.227	1.307	1.360	1.633
Total	963	871	925	1.069	1.067	1.305	1.542	1.545	1.709	1.775	2.139
De 10 a 19 Empregados											
Masculino	186	251	199	265	317	399	502	499	568	674	687
Feminino	923	865	818	1.086	1.395	1.382	1.612	1.812	1.795	1.830	1.865
Total	1.109	1.116	1.017	1.351	1.712	1.781	2.114	2.311	2.363	2.504	2.552
De 20 a 49 Empregados											
Masculino	256	312	370	379	491	594	724	635	842	728	987
Feminino	1.361	1.166	1.644	1.277	1.543	1.710	1.980	1.763	2.041	2.013	2.282
Total	1.617	1.478	2.014	1.656	2.034	2.304	2.704	2.398	2.883	2.741	3.269
De 50 a 99 Empregados											
Masculino	141	255	288	286	259	310	261	379	471	689	531
Feminino	426	761	625	700	655	572	449	749	724	813	899
Total	567	1.016	913	986	914	882	710	1.128	1.195	1.502	1.430
De 100 a 249 Empregados											
Masculino	148	105	121	82	139	214	387	346	317	102	223
Feminino	505	260	343	162	288	425	653	588	553	284	431
Total	653	365	464	244	427	639	1.040	934	870	386	654
Total											
Masculino	924	1.160	1.237	1.345	1.555	1.884	2.439	2.404	2.850	2.866	3.220
Feminino	4.683	4.549	4.957	4.956	5.667	6.040	6.967	7.282	7.537	7.462	8.302
Total	5.607	5.709	6.194	6.301	7.222	7.924	9.406	9.686	10.387	10.328	11.522

Fonte: RAIS (MTE) – Elaboração dos autores

Evidencia-se a concentração de micro e pequenas empresas, característica do setor no Brasil, bem como o pequeno número de empresas médias e a ausência de grandes estabelecimentos. Entretanto, o declínio de postos de trabalho e de estabelecimentos, que caracterizou uma crise no setor decorrente da reestruturação produtiva e da abertura comercial na primeira metade da década de 90, foi bem menos significativa em Goiânia do que em outras locais, como é o caso da região de Campinas-SP, pesquisada por Ângela Araújo e Elaine Amorim (2002):

Tabela 5 – REGIÃO DE CAMPINAS/SP: Número de vínculos empregatícios industriais no setor de confecção:

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Total	5739	4834	4216	4888	4014	2838	2945	2856	2481

Fonte: RAIS (MTE)

A caracterização do setor de confecção como preponderantemente feminino também se manifesta em Goiânia, com taxa superior a 80% de vínculos ocupados por mulheres, ainda nos anos 90. Nota-se uma diminuição da diferença nos últimos anos, em que se atinge uma feminização pouco superior a 50%. A Tabela 3 permite também visualizar uma correlação negativa entre a feminização dos postos e o tamanho dos estabelecimentos: em empresas maiores diminui relativamente a mão-de-obra feminina, enquanto nas micro-empresas a taxa de feminização fica em torno de 80%. Tais resultados sugerem, de forma similar ao que foi observado por Araújo e Amorim em Campinas, que a masculinização dos postos ocorreu em empresas que experimentaram algum tipo de modernização gerencial ou tecnológica, como já se verificara no setor têxtil e em outros (Cf. ARAÚJO e AMORIM, 2002, P. 286). A predominância de mulheres ainda vigora em estabelecimentos menores, como oficinas domésticas ou fábricas, onde vigoram as relações de subcontratação e a precarização das relações de trabalho.

Os níveis de escolaridade predominante no setor em 2004 foram “até o ensino fundamental completo” (52%) e “até ensino médio completo” (47%)³. Embora a taxa de trabalhadores com ensino superior seja muito pequena, é interessante considerar o mesmo resultado que presenciamos na relação entre tamanho de estabelecimentos e taxa de feminização, ou seja, a taxa relativa de ocupações masculinas aumenta nos níveis superiores de escolaridade, indicando que postos que requerem maior qualificação (aos quais certamente corresponde maior remuneração) são mais ocupados por homens. A desigualdade reaparece no caso dos salários recebidos por trabalhadores do setor no período considerado. A faixa salarial média preponderante vai de 1 a 2 salários mínimos e, neste nível de remuneração a proporção relativa de mulheres é alta, característica do setor. Em níveis mais altos de remuneração a proporção diminui, com maior incidência de trabalho masculino. Há, além disso, uma particularidade: houve um crescimento relativamente maior de trabalhadoras na faixa mais freqüente, de 1,0 a 1,5 salários mínimos, enquanto na faixa imediatamente superior (1,5 a 2 salários mínimos) há um decréscimo, relativo e absoluto, no número de trabalhadoras, a partir de 2000.⁴ Isso indica que, mesmo em níveis de remuneração baixos, está ocorrendo uma desvalorização do trabalho feminino, que ocupa cada vez mais a franja onde provavelmente impera a precariedade nas relações de trabalho e a subcontratação. É necessário lembrar que a RAIS constitui uma base de dados administrativa de alta confiabilidade, mas que cobre somente o setor formal, incluindo contratos de trabalho temporário, mas não incorpora a informalidade, que é reconhecidamente frequente no setor. Os resultados permitem a inferência de que tem havido, de forma correspondente, um crescimento na informalidade, contígua à faixa de mais baixa remuneração que tem

³ Os resultados foram obtidos com base na RAIS 2004. Por uma questão de limite de espaço não anexamos a tabela. Contudo, vale ressaltar que não há variação significativa da escolaridade no sentido longitudinal, no período entre 1994 e 2004.

⁴ Verificamos que a faixa salarial média mais freqüente no setor em Goiânia é inferior a faixa predominante na região de Campinas-SP, conforme indica a pesquisa de Araújo e Amorim (2002), para o período 1990-1998 (de 1 a 3 salários mínimos). Isso reforça a afirmação, ressaltada por diversos autores ((LEITE, 2004), (LUPATINI, 2004)), que um dos efeitos da reestruturação produtiva a partir dos anos 80 foi a constituição de uma “ponta precária” na cadeia de produção de alguns setores (e.g., automobilística e têxtil), incorporando mão-de-obra barata em *greenfields* ou regiões de industrialização atrasada, por meio de relações de terceirização ou subcontratação, geralmente no âmbito da precariedade e até da informalidade, em contraponto a um elo “virtuoso” localizado nos países economicamente dominantes, que absorve a alta tecnologia e, por outro lado, trabalhadores mais qualificados para atender aos requisitos da flexibilização das relações de trabalho.

registrado um crescimento relativa e absolutamente maior entre as mulheres trabalhadoras no setor.

Tabela 6 – MUNICÍPIO DE GOIÂNIA: Número de vínculos empregatícios industriais no setor de confecção (Divisão 18 da CNAE 95), classificados por faixa salarial média:

De 0 a 1,00 Sal. Mínimo	1.994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Masculino	43	44	25	22	34	30	56	52	62	60	57
Feminino	42	38	31	25	37	70	80	85	134	127	145
De 1,01 a 1,50 Salários Mínimos											
Masculino	342	437	464	440	525	605	773	867	1.405	1.666	1.906
Feminino	1.140	1.066	1.233	1.178	1.382	1.464	1.768	2.241	3.671	4.651	5.047
De 1,51 a 2,00 Salários Mínimos											
Masculino	341	430	479	555	651	809	1.073	1.055	898	694	750
Feminino	2.917	2.991	3.271	3.154	3.660	3.770	4.203	4.188	2.926	1.958	2.270
De 2,01 a 3,00 Salários Mínimos											
Masculino	114	138	152	207	235	285	333	284	337	306	346
Feminino	327	275	240	410	390	519	608	493	532	467	540
De 3,01 a 4,00 Salários Mínimos											
Masculino	41	46	56	61	67	99	123	90	88	81	90
Feminino	126	87	77	95	103	132	143	160	152	135	149
De 4,01 a 5,00 Salários Mínimos											
Masculino	10	24	27	17	17	26	40	32	31	26	41
Feminino	34	36	46	28	35	52	59	47	59	55	50
De 5,01 a 7,00 Salários Mínimos											
Masculino	10	16	12	14	12	17	17	11	20	23	15
Feminino	26	22	25	29	20	22	48	31	33	33	48
De 7,01 a 10,00 Sal. Mínimos											
Masculino	7	9	8	10	7	7	7	9	8	7	8
Feminino	18	10	11	16	8	6	16	16	16	17	16
De 10,01 a 15,00 Salários Mínimos											
Masculino	4	5	4	2	1	3	5	2		1	3
Feminino	5	6	9	6	6	1	8	10	7	9	9
De 15,01 a 20,00 Salários Mínimos											
Masculino	2	3	2	1	2	1	1	1			
Feminino	2	3	5	6	8	1	6	3	1		
Mais de 20,00 Salários Mínimos											
Masculino	3	6	3	13	2		2	1			
Feminino	3	4	3	5	7		5	1	1	1	1
Ignorado											
Masculino	7	2	5	3	2	2	9		1	2	4
Feminino	43	11	6	4	11	3	23	7	5	9	27
Total											
Masculino	924	1.160	1.237	1.345	1.555	1.884	2.439	2.404	2.850	2.866	3.220
Feminino	4.683	4.549	4.957	4.956	5.667	6.040	6.967	7.282	7.537	7.462	8.302
Total	5.607	5.709	6.194	6.301	7.222	7.924	9.406	9.686	10.387	10.328	11.522

Fonte: RAIS (MTE) – Elaboração dos autores

A confecção em um bairro de Goiânia: um estudo de caso

Realizamos, de março de 2005 a janeiro de 2006 uma pesquisa num bairro de Goiânia próximo ao campus II da Universidade Federal de Goiás, a Vila Jardim São Judas Tadeu. O bairro possui, segundo o Censo 2000, 4744 habitantes (2356 homens e

2389 mulheres). Entre os 1283 chefes de domicílios recenseados, a faixa de rendimento mensal predominante é a de 1 a 5 salários mínimos (59%), sendo que o segmento mais freqüente (24%) corresponde à faixa entre 1 a 2 salários:

Tabela 7 – VILA JARDIM SÃO JUDAS TADEU: Porcentagem de chefes de domicílios segundo por faixa média de rendimento (em salários mínimos):

até 0,5	0,5 a 1,0	1 a 2	2 a 3,	3 a 5	5 a 10	10 a 15	15 a 20	mais de 20	sem rendimento
2	13	24	17	18	16	3	2	1	6

Fonte: elaboração feita a partir de CD-Rom da Secretaria de Planejamento do Município de Goiânia

A escolha do bairro São Judas como objeto de análise justifica-se pela possibilidade de explorar as redes de sociabilidade e de interação que integram as trabalhadoras do setor, elemento indispensável na pesquisa do trabalho domiciliar e da informalidade, que praticamente caracterizam o trabalho em confecção no local. Aliás, Alice de Paiva Abreu, reconstruindo a contribuição de Courault e Haicault para a pesquisa do trabalho domiciliar na França, enfatiza que o trabalho de campo seja “feito em comunidade ou mediante uma rede relações sociais”. Andréia Ferreira Campos, co-autora deste trabalho e bolsista de iniciação científica durante a realização da pesquisa, pertence à comunidade de trabalhadoras do bairro, trabalhando em tempo parcial num empreendimento de sua família desenvolvido num dos estabelecimentos de confecção do bairro. Andréia realizou até o momento 14 entrevistas com trabalhadores do setor, sendo apenas uma com um interlocutor do gênero masculino, precedidas por entrevista exploratória com uma proprietária de confecção que não faz parte da comunidade do bairro. A entrevista exploratória, a experiência de vida de Andréia na comunidade e a literatura disponível na temática do trabalho domiciliar e do trabalho feminino na confecção constituíram as primeiras matrizes para a elaboração de um roteiro para iniciar as quatorze entrevistas subseqüentes. A pesquisa foi orientada metodologicamente por princípios da sociologia interpretativa, principalmente da escola do interacionismo simbólico. O conjunto de trabalhadores entrevistados no bairro São Judas Tadeu pode ser considerado como uma “amostragem teórica”, no sentido conferido por GLASER e STRAUSS (1967) e reconstruído por defensores da metodologia qualitativa (FLICK, 2004; AVELSON e SKÖLDBERG, 2000). O objetivo principal, em relação à amostragem não é a representatividade estatística, mas a capacidade de fornecer insights “para a teoria em desenvolvimento, em relação à elaboração da teoria até o momento”. As decisões em relação à escolha das entrevistadas em vista “aquele material que prometa os maiores insights, observados à luz do material já utilizado e do conhecimento dele extraído.” (FLICK, 2004, P. 79) . Privilegiou-se, na realização dos roteiros e na análise das entrevistas, as técnicas da codificação teórica e da categorização (STRAUSS e CORBIN, 1990): a codificação é entendida como representação das operações pelas quais os dados são fragmentados, conceitualizados e reconstruídos de novas maneiras, num processo de seleção gradual em que a interpretação do material textual é o suporte para decisões em relação à incorporação de novos casos. Houve também entrevistas realizadas pelo orientador com a própria Andréia, procurando, em contraponto, afastar-se do roteiro e da codificação adotadas na etapa anterior, na tentativa de captar, mediante outra perspectiva, elementos ou relações evidenciados ou inferidos das transcrições das entrevistas realizadas. As entrevistas gravadas eram transcritas e, após breve intervalo, codificadas. A codificação gerava, de forma recursiva, perspectivas mais acuradas de leitura, assim como novas interlocuções geravam novos significados que, eventualmente, mereceram códigos

inéditos e originaram releituras mais aprimoradas. A codificação e a análise das entrevistas foram intermediadas por um aplicativo de análise qualitativa, o *Aquard* (Cf. HUBER, 1997).

Foi realizado um mapeamento preliminar dos estabelecimentos do bairro em que ocorre o trabalho na confecção e da divisão de trabalho nos estabelecimentos, com os resultados abaixo:

Tabela 8 – VILA JARDIM SÃO JUDAS TADEU: Número de estabelecimentos e de postos de trabalho no setor de confecção por tipo de empreendimento:

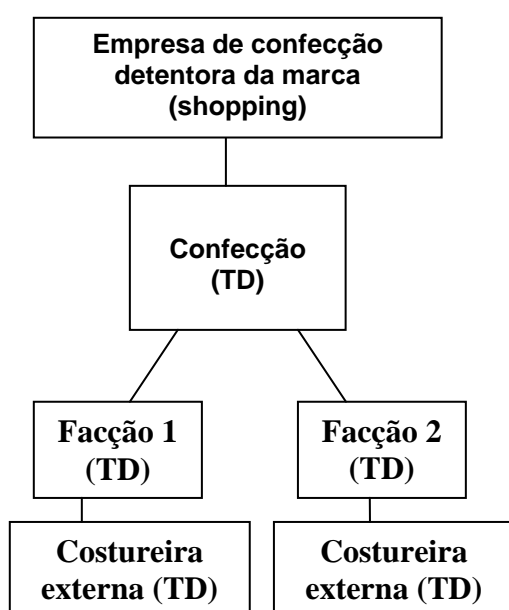
	Confecções	Facções	Costureiras Externas ou Individuais	Total
Nº de estabelecimentos	15	14	15	44
Nº de postos de trabalho	63	40	15	118

Tabela 9 – VILA JARDIM SÃO JUDAS TADEU: Número de postos de trabalho setor de confecção por função no processo de produção:

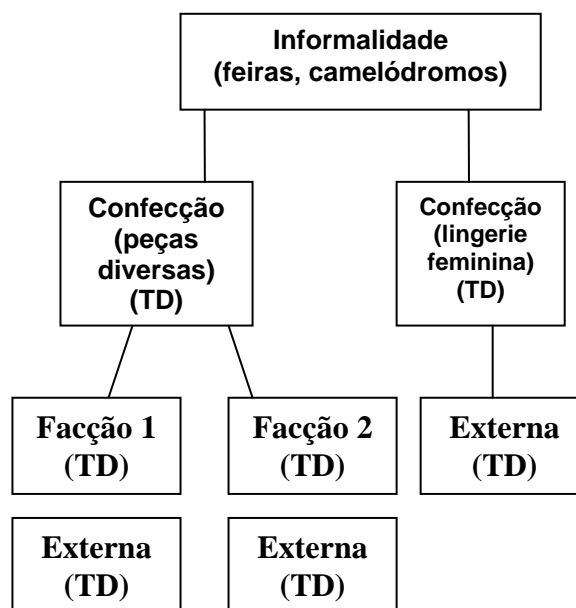
	Corte	Montagem (overloque)	Montagem (costura)	Acabamento	Total
Facção	0	14	12	14	40
Confecção	15	13	20	15	63
Externas			15		15

Embora não tenhamos a pretensão de realizar um estudo empírico da cadeia de confecção, é necessário identificar algumas configurações típicas no bairro São Judas, com base em esquemas de segmentos de cadeias do vestuário já reconhecidos e analisados na literatura (Cf. LEITE (2004)). As formas mais comuns de cadeia de confecção no bairro São Judas Tadeus estão a seguir:

Cadeia A



Cadeias B e C



A “cadeia A” representa o tipo de estabelecimento que está mais próximo da regulamentação e do emprego de vínculos formais. São micro-empresas de base familiar

que vendem para confecções geralmente localizadas em shoppings ou centros comerciais. Estas produzem, mas também terceirizam uma parte de sua produção recorrendo, via subcontratações, a confecções em bairros periféricos. As pequenas confecções no bairro São Judas Tadeu, empreendimentos de base familiar, ampliam a rede de subcontratações empregando facções ou oficinas que realizam, geralmente, a montagem ou alguma de suas etapas. As facções, por sua vez, empregam, dependendo do volume das encomendas, costureiras externas, mulheres casadas, com filhos, mais experientes, que trabalham em seus domicílios. A exploração intensiva e de caráter predador da mão-de-obra cresce nas extremidades da cadeia. Somente duas das entrevistadas são proprietárias de confecções do tipo representado no centro da cadeia A. Porém, vale ressaltar que a formalização nessas duas empresas ainda está em processo e emprega a seguinte estratégia: registra-se apenas um empregado, uma pessoa da família, geralmente o marido ou uma filha, e o empreendimento como micro-empresa de base familiar. Todas as demais contratos envolvidos, tanto internamente como com facções ou costureiras externas, são informais.

As cadeias B e C, que representam a maioria no bairro pesquisado, estão no âmbito da informalidade. A cadeia B apresenta quase a mesma configuração que a cadeia A, com exceção do último elo superior: as peças produzidas são vendidas diretamente nas grandes feiras de comércio informal que ocorrem em Goiânia, como a Feira da Lua (aos sábados na Praça Tamandaré, localizada no Setor Oeste, região de alto poder aquisitivo) e a Feira Hippie (aos domingos, próximo à Estação Rodoviária). A cadeia C compreende pequenas confecções, geralmente de roupa íntima feminina, que fabricam peças completas, empregando esporadicamente costureiras externas. Todas as cadeias envolvem, em algum grau, o trabalho domiciliar. Raras são as oficinas ou confecções que contam com instalações externas onde o espaço não traz uma ambigüidade de ocupação, entre o trabalho doméstico e o trabalho domiciliar na confecção, embora quase a totalidade das entrevistadas tenha manifestado a intenção de construir ambientes de trabalho externos.

Procurou-se, nas entrevistas realizadas, incluir cada tipo de relação com o estabelecimento (proprietária de confecção ou facção, funcionária) e de função no processo produtivo (corte, costura, overloque e acabamento)⁵. Em relação à idade, as donas de confecções ou facções tinham de 30 a quarenta anos; já a maioria das funcionárias era de 20 a 30 anos, com exceção de duas com mais de cinquenta anos. Há, nesse aspecto, proximidade com relação à distribuição por idade na série 1994-2004 em Goiânia, na qual os vínculos empregatícios formais preponderantes de mulheres no setor de confecção se dão na faixa entre 25 e 29 anos, seguida pelos intervalos 30-40 e 18-24 (RAIS 1994-2004). Assim como ocorre no domiciliar em todo o Brasil, é mais freqüente o trabalho de mulheres casadas com filhos: 10 entre as quatorze entrevistadas são casadas e 11 têm filhos. O nível de escolaridade preponderante entre as entrevistadas esteve um pouco acima da média no trabalho formal em Goiânia: a maioria tem ensino médio completo, seguida pelo ensino fundamental completo. Contudo, a questão da desigualdade relacionada à hierarquia de status ou de rendimento permanece entre as interlocutoras: a maioria das funcionárias costureiras apresenta escolaridade até o nível fundamental, enquanto as donas de facções ou confecções possuem até o ensino médio completo. Os rendimentos das interlocutoras variavam de 350 a 450 reais para as funcionárias, elevando-se a aproximadamente 1000 reais para donas de confecções ou facções.

⁵ Não há, no bairro, trabalhadoras que executem, em sentido restrito, as funções de criação ou design, bem como de modelagem (os modelos e moldes são copiados ou adaptados, com base em revistas ou diretamente de peças de confecção adquiridas ou emprestadas).

A importância da rede de sociabilidade em nível de contatos primários evidenciou-se na pesquisa em diversos aspectos relacionados à organização do trabalho no setor, a começar da formação de profissionais. Mais de metade das entrevistadas aprenderam a costurar no círculo familiar (núcleo ou família extensa) e não tiveram nenhum tipo de remuneração durante todo o período de aprendizagem ou treinamento. Apenas duas entrevistadas aprenderam como auxiliares em oficinas de confecção e três realizaram cursos de corte e costura. Não há relatos de cursos de aperfeiçoamento técnico e nem de formação nas áreas de criação ou design, ainda que a UFG ofereça, desde 1997, um curso de graduação em Design de Moda no período noturno. Pode-se dizer que a formação sistematizada nos cursos de corte costura foi, para quem os realizou, insuficiente, principalmente em relação à parte prática, que só é alcançada com a experiência, como assevera Ana Maria, hoje proprietária de uma das confecções do bairro São Judas: “Eu aprendi como tudo mais que você aprende, com a prática”. Apesar de ter frequentado um curso básico, Ana queria confeccionar roupas íntimas e, para isso, passou a operar a máquina de uma vizinha, como aprendiz: “Ela me ensinou o básico, aí eu aprendi o restante. A gente vai se virando, porque os outros nunca ensinam o total, então se você quer aprender você tem que ter vontade própria e se aperfeiçoar.”

Essa representação “naturalizada” do aprendizado e do treinamento profissional gera uma vantagem para as empresas de maior porte, com a subcontratação de costureiras de meia idade, com larga experiência em seus afazeres, que requerem força de trabalho de aplicação intensiva, mas requerendo pouca qualificação. O custo da formação de quadros é praticamente nulo e há, como ilustram várias declarações, uma representação social de que o aprendizado ocorre naturalmente, em ambiente domiciliar, operando com máquinas que já existem no ambiente familiar, ou que estão próximas, nas casas de tios ou amigos da vizinhança. É necessário “conformar-se” às condições precárias do trabalho domiciliar e a habilidade para a costura é um dom e não um produto de incorporação racional e sistemática, mediante treinamento supervisionado. Cida, com mais de vinte anos de experiência como costureira, inclusive em fábricas de porte médio, hoje proprietária de uma pequena confecção no bairro que emprega cinco costureiras, relata como ocorreu sua iniciação na costura:

Aos seis anos de idade eu já me interessava em costura. Teve um dia que eu queria ir numa festa com minha irmã, eu não tinha nenhuma costureira e nem nada eu queria uma roupa nova (...). Eu pedi para minha irmã comprar um pano, aí eu fiz a roupa escondido da minha mãe, o vestido era um modelo tubinho que usava na época, eu peguei um vestido e coloquei por cima do pano e cortei um para cada uma. Eu mostrei para minha irmã e ficou muito bonito só sei que eu costurei sem nunca ter feito nada antes. (Cida)

Márcia, auxiliar de costura numa facção, reforça a representação da “aprendizagem natural”: “Eu aprendi tudo de forma muito rápida, eu acho que eu já tinha alguma habilidade. Pelo que eu me lembro eu não gastei mais que uma semana para ficar boa mesmo em tudo, por isso, minha mãe diz que eu já tinha o dom.”

Nessa representação o trabalho domiciliar articula-se com o trabalho doméstico, ainda que, em sua conceituação, eles sejam até opostos⁶. Ainda que a atividade de

⁶ Cristina BRUSCHINI e Sandra RIDENTI (1993) elaboraram uma reconstrução da literatura sobre o trabalho domiciliar, considerando que a maioria dos trabalhos privilegiava o trabalho a domicílio subcontratado por empresas e propunha, no próprio artigo, enfatizar o trabalho domiciliar por conta própria, inspirado numa pesquisa anterior feita por Luís Antônio Machado da SILVA (1979). O trabalho informal das costureiras mais experientes (costureiras externas) de famílias de baixa renda, constitui uma das poucas formas de trabalho domiciliar autônomo. O conjunto de atividades da “costura”, segundo SILVA, “concretiza empiricamente de forma mais clara a contradição entre trabalho domiciliar e trabalho doméstico”, pois tais atividades não são indispensáveis para o desempenho do trabalho doméstico (como

costurar para o próprio núcleo familiar esteja, há muito, em desuso, é difícil caracterizar a costura realizada no próprio domicílio como uma atividade radicalmente diferente de cozinhar, limpar ou lavar/passar roupa. A máquina de costura, no bairro estudado, praticamente faz parte do mobiliário doméstico. A prática da costura está alinhada, juntamente com outras atividades, no âmbito das “prendas domésticas” que faz parte da formação da mulher e integram a “educação para o lar”. Assim, numa sociedade que ainda guarda uma dimensão patriarcal, o trabalho domiciliar na confecção é “tolerado” desde que não entre em choque com a vida familiar, que não prescinde do trabalho doméstico, realizado preponderante ou exclusivamente por mulheres no âmbito familiar (mães, filhas, sobrinhas). O depoimento de Ana Carla é sintomático do que poderíamos chamar subordinação do trabalho domiciliar ao trabalho doméstico:

Eu nunca tenho tempo para a costura. De manhã eu me levanto, tenho que fazer o café, arrumar as crianças para a escola, arrumar o marido para ir trabalhar, arrumar os filhos também, depois arrumar a casa. Depois de tudo, vem o almoço, faço o almoço, depois do almoço é que eu vou trabalhar. Sento na máquina, fico por lá até mais ou menos umas seis, seis e meia da tarde; paro, volto para a cozinha, faço o jantar. À noite eu não costuro mais. Quando eu comecei, costumava até uma hora da madrugada, mas depois me deu um problema sério de coluna e nas vistas, que agora não dou conta mais de trabalhar à noite.

Por outro lado, a uma empresa não interessa a flexibilidade de horário requerida por trabalhadores de baixa qualificação em virtude de suas atividades e “obrigações” em âmbito doméstico. Os contratos informais, o pagamento por peças produzidas, a contratação temporária em períodos de maior demanda e outros procedimentos que bem configuram a chamada precarização nas relações de trabalho são, portanto, tacitamente aceitas pelas trabalhadoras no setor, sendo até consideradas vantajosas em virtude das condições socioculturais que articulam trabalho doméstico e trabalho domiciliar. A entrevista com Márcia, que trabalha, juntamente com sua irmã e sua prima na facção de sua mãe, relata como os serviços do empreendimento familiar eram contratados: “No início eles vinham, mas não tinha nada por escrito, como por exemplo, um contrato. Eles vinham e passavam o serviço e davam uma data certa de entrega. Depois disso, nós tínhamos que entregar nessa data, ainda hoje é dessa forma.” O depoimento de Célia, costureira externa subcontratada, trinta e um anos, casada com dois filhos, é exemplar no sentido de ilustrar algumas características essenciais do trabalho na confecção no bairro pesquisado: imbricação entre trabalho doméstico, trabalho domiciliar e redes de sociabilidade:

Eu trabalhava fora como secretária, em outro ramo. Mas por causa das crianças e das coisas de casa, passou a ficar difícil para sair todos os dias e trabalhar fora. Ai eu procurei algo para fazer dentro de casa. Uma vizinha [sogra da irmã da entrevistada] ofereceu pra me ensinar pra depois eu ajudar ela. Eu aceitei e comecei. Fiquei lá por volta de quinze a vinte dias, sem receber nenhuma remuneração. (...) Não assina a carteira, é somente através de um trato verbal. Eu soube através da minha mãe que esta pessoa estava precisando de alguém pra trabalhar com ela e como eu estava fazendo pra outra pessoa que tinha quatro costureiras e o serviço estava pouco para nós. Eu fui na casa da Cida e ela me falou que realmente estava precisando, e me deu algumas peças pra eu fazer. Eu fiz, entreguei, ela disse que estava bom, ai eu continuei e estou até hoje.

são cozinhar e limpar), embora possam se apresentar, em alguns aspectos (como cerzir meias, remender roupas ou pregar botões), como tarefas rotineiras e essenciais. Podem configurar, por outro lado, um saber especial como trabalho a domicílio, embora se afastem da esfera costumeiramente doméstica em razão do equipamento que requerem. Assim, “a costura enquanto atividade concreta estaria dentro e fora do âmbito do trabalho doméstico” (SILVA, 1979, p. 198).

O contrato “verbal” constitui a forma básica das relações de subcontratação, que constituem verdadeiras redes com vários níveis envolvendo confecções, facções, costureiras externas e auxiliares. Marina, proprietária de facção, afirma que “não há vínculo empregatício, é tudo só na palavra. A contratação é feita pelo próprio dono, é ele quem traz e é ele quem busca”. Estudos sobre redes de subcontratação no setores têxtil e de confecção (RUAS, 1993; ARAÚJO e AMORIM, 2002) sustentam que esse tipo de relação direta com o elo superior na cadeia é mais comum em empreendimentos de base familiar. Os vínculos de subcontratação originam também a figura de um intermediário, que estabelece contatos entre a empresa de maior parte e as facções ou costureiras isoladas. Contudo, o contato direto prevalece no bairro pesquisado, onde a pessoa do “distribuidor de tarefas”, contratado por empresas maiores é mais rara, embora as trabalhadoras se refiram a essa forma indireta de subcontratação. Glória é proprietária de uma facção, em que trabalham ela própria, o marido, um de seus três filhos, uma auxiliar e duas costureiras contratadas. Sua empresa produz cerca de trezentas peças de jeans, dos mais diversos tipos (calça, jaqueta, bermuda, saia, macacão etc.) por semana. Em sua entrevista, Glória comenta as relações de subcontratação com os lojistas de confecção com que trabalha: “Eu só trato com o dono. Nunca com segundos ou terceiros, é direto com o dono, porque às vezes o intermediário recebe 5 reais e me paga 3 reais e o patrão nem fica sabendo. Desde que eu era funcionária da empresa, eu nunca tratei com segundos e sim diretamente com patrão”.

O trabalho nas facções e o de costureiras isoladas em regime de subcontratação representam realmente a ponta precária da cadeia de confecção. Condições de trabalho inadequadas, jornadas de trabalho extensas somadas às horas de atividades em funções domésticas, ocorrência de lesões por esforço repetitivo, relações de competitividade e desconfiança entre colegas de trabalho, pagamento por tarefas, além de outras condições adversas constituem o pano de fundo da organização de trabalho nesses estabelecimentos. Apesar disso, várias das entrevistadas ressaltam algumas vantagens no trabalho em facções. Marina, por exemplo, afirma ter muito orgulho de ser costureira e gosta de seu trabalho, apesar de considerá-lo excessivo: “esse trabalho tem muitas vantagens. Por exemplo, eu ganho o meu dinheiro dentro de casa mesmo, não preciso sair em dia de chuva, debaixo do sol, e tenho mais liberdade na minha própria casa”. Contudo, vê problemas em seu local de trabalho: “é muito apertado. Ele tem um tamanho de três metros quadrados por três metros, tem cinco máquinas e quatro pessoas costurando o dia todo. Eu ainda olho uma criança muito peralta, e isso deixa a gente de cabeça quente. Eu coloco uma televisão no quarto para minha neta ficar quieta, assistindo”. Considera difícil articular a vida doméstica com o trabalho na confecção: “Na verdade não sobra quase nada para eu fazer; como eu sou muito devagar e não tenho muita habilidade, eu tenho que levantar de madrugada e ficar até mais tarde para adiantar o serviço. Meu esposo, eu só vejo na hora que ele chega do trabalho e na hora que eu vou dormir e ele já está dormindo. Quando eu me levanto para costurar ele saí para trabalhar”. Lorena, que tem 20 anos de idade e está realizando o curso superior, descreve o as condições na pequena confecção onde trabalha:

Lá é um quarto da casa, bem nos fundos do quintal, é pequeno, tem muita coisa lá dentro, é muito apertado, abafado. Tem uma janela enorme, mais que bate sol a tarde toda, é muito quente e mal ventilado. Toda a costura é feita lá dentro, menos o corte que é feito na cozinha. Nesse quarto tem bagunça da casa toda.

Entre as costureiras mais antigas e experientes, a superposição de tarefas é brutal, porque elas ainda assumem a logística, a coordenação e supervisão do trabalho das auxiliares e a execução de tarefas mais especializadas como o corte:

Eu tenho cinco costureiras, contando comigo. Eu sou a responsável pela compra, pelo corte e ainda por dar assistência para elas. (...) Sou eu quem corta tudo, quando eu mando para elas eu conto quantas peças foram, quando volta, eu conto novamente e confiro para ver se tudo está certo. Essa é a única forma de controlar. (...) Se eu colocar na cabeça que eu tenho que fazer tantas peças de roupa para amanhã, eu não tenho horário para parar, enquanto eu estiver agüentando, eu continuo trabalhando. Tem dias que eu trabalho até a meia-noite, ou até uma hora da manhã. Todos os dias eu me levanto às cinco horas da manhã, eu nunca tenho horário para almoçar, meu dia é sempre corrido. Eu dou assistência para elas toda hora, uma costureira me liga, a outra me chama; então, eu nunca paro. (Cida)

Embora o contato direto com a confecção facilite a negociação entre confecção-facção ou facção-costureira externa, fatores como a exigüidade dos prazos, o pagamento por empreitada, as condições precárias do ambiente de trabalho e a ambigüidade dos papéis sociais relacionados a posições ocupacionais hierarquizadas e de relações sociais em nível igualitário, como laços familiares e de vizinhança, promovem relações de desconfiança e competitividade em nível interno às facções. Márcia, comentando as relações com os contratantes e com as colegas de trabalho, afirma:

Com os contratantes nunca houve [problemas], mas com os colegas de serviço, sim. Principalmente com a minha mãe, porque ela é a responsável pela entrega, pela mercadoria, e pelo atraso. As brigas são só com ela. Ela exige demais da gente, ela quer que a gente levante às quatro horas da manhã para começar a costurar, mas isso não dá. Ela quer que a gente comece muito cedo e vá até muito tarde, no trabalho.

É impossível não remeter alguns problemas de relacionamento entre as colegas à questão das condições e do espaço do ambiente de trabalho, que também ostenta uma ambigüidade que é distintiva da relação entre trabalho domiciliar e vida doméstica. A percepção da precariedade do ambiente é mais acurada entre as entrevistadas que tiveram experiência com o trabalho em ambientes industriais de grandes confecções. Ainda assim, a maioria via o local de trabalho como algo tumultuado, apertado e pouco arejado, sobretudo quando não há condições econômicas para a construção de um cômodo, um “lugar fora da casa” para costurar ou cortar. As entrevistas, bem como as fotos feitas por Andréia dos ambientes de trabalho deixam bem claro o que Abreu e Sorj (1993) designaram como “superposição” do espaço no trabalho domiciliar na confecção. O trabalho é em geral realizado na sala, na cozinha ou em um quarto, ocasionando rearranjos constantes na disposição do mobiliário e no desempenho das atividades domésticas e implicando também uma adequação do tempo a elas destinado. Talvez essas reconfigurações do espaço e do tempo justifiquem um traço que a literatura considera também distintivo do trabalho domiciliar: a dificuldade ou incapacidade das trabalhadoras de determinar o valor de custo das peças produzidas, incluindo fatores como tempo de depreciação de equipamentos, gasto de energia, tempo-trabalho das trabalhadoras, mas também proprietárias e donas-de-casa, gastos com transporte, pesquisa, compra, comunicação, além de outras. A preocupação limita-se aos insumos e a gastos com mão-de-obra, já que os outros fatores estão entrelaçados na contabilidade da vida doméstica e é quase impossível identificá-los e distingui-los nas condições culturais e sociais compartilhadas pela comunidade de trabalhadoras.

O caráter sazonal do trabalho na confecção foi assunto em numerosas entrevistas.⁷ Pode-se reconhecer os meses de novembro e dezembro como os de

⁷ A sazonalidade é considerada como um atributo da atividade de costurar que a distingue de outras atividades domésticas, como cozinhar, lavar e passar. Costura-se esporadicamente na esfera doméstica, enquanto as outras atividades mencionadas são de caráter contínuo e permanente. Assim, como analisa

melhores vendas e algumas datas comemorativas como o dia das mães e o dia dos namorados como épocas de maior trabalho. Tal característica torna bastante propício o trabalho feminino no setor, principalmente das costureiras externas, mas também eleva até quase a generalização das subcontratações nos elos inferiores da cadeia de confecção. Um terço das entrevistadas, que trabalham em faixões com formas de subcontratação mais estáveis, estabelecem um número fixo de peças para produção e as estocam para os períodos de pico. Porém, esse tipo de racionalização não é o que mais ocorre. A tendência é considerar a sazonalidade, principalmente pelas costureiras externas, como uma vantagem do emprego no setor, já que não as impede de realizar sem muito prejuízo as atividades da esfera doméstica ligadas à sua condição de mães e esposas. Por outro lado, o aspecto da sazonalidade estende-se a outros tipos de ocupação no trabalho feminino domiciliar (venda direta, teletrabalho intermediado por celular ou computador, fabricação de brindes etc.), o que lhe confere uma identidade, mas também o desvaloriza, pois as atividades que lhe estão associadas são consideradas secundárias e relacionadas a um tipo de trabalho em tempo parcial, cuja função é complementar o orçamento familiar. O trabalho masculino domiciliar, quando ocorre, carrega outra identidade, pois está ligado a um reconhecimento da expertise, da competência técnica, de capacidade de empregar na própria casa o conhecimento técnico adquirido na empresa, na forma de assessorias ou serviços especializados. (Cf. ABREU e SORJ, 1993b)

As entrevistadas foram questionadas a respeito do que consideravam vantagens e desvantagens do trabalho domiciliar na confecção. As respostas apontam a flexibilidade em relação ao tempo (período e duração da jornada) e à ocasião para trabalhar como uma das principais vantagens. Ana Maria enumera uma série de vantagens que foram também reconhecidas, em boa parte, em graus e nuances diferentes, por outras trabalhadoras:

A vantagem é que você não tem horário para levantar, pra bater cartão, não tem que agüentar patrão, você pode trabalhar na hora que você quiser, porque você é paga por produção, ganha pelo tanto que faz, além de tudo isso o salário também é melhor do que a carteira assinada. O assalariado tem o patrão no pé, tem hora para chegar, tem hora para sair, tem horário para tudo. Para mim não é assim, eu trabalho na hora que quero, no dia que quero, só trabalha muito quem quer, pois do contrário, não precisa morrer de trabalhar.

Curiosamente, o pagamento por peça, visto como benéfico, consiste numa das principais formas de exploração intensiva da mão-de-obra, pois a empresa contratante não se responsabiliza pelas condições de trabalho ou pelos encargos sociais das costureiras sem vínculo formal, consideradas como autônomas. Apesar de toda ênfase na possibilidade de dispor de tempo livre, a literatura indica que parte considerável das trabalhadoras a domicílio está engajada em mais de uma atividade econômica, ainda que subsumida no próprio âmbito domiciliar como, por exemplo, a venda direta de produtos distribuídos por outras empresas (tipo Avon ou Herbalife) e a venda de produtos alimentícios feitos em casa (chocolates, biscoitos etc.). Seis das entrevistadas relataram trabalhar ou ter trabalhado em mais de uma atividade econômica simultaneamente, duas delas por mais de dois anos.

Embora haja alguma ilusão na percepção da flexibilidade como não associada à precariedade das condições e à desregulamentação do trabalho, há também consciência

SILVA (1979), o próprio aprendizado da costura, em âmbito doméstico, torna-se menos “natural” do que o de lavar ou cozinhar. “Costurar pra fora” implica, portanto, um comprometimento menor em termos de sacrifício do tempo dedicado às tarefas domésticas do que lavar ou cozinhar “pra fora”.

do que se perde com a subcontratação: “As desvantagens são aquelas relacionadas aos benefícios. Você não tem direito a fundo de garantia, salário desemprego, isso no caso de você ficar sem serviço a qualquer momento. Aqui se você perder o serviço você não vai ter nenhuma segurança, nada daquilo que a carteira assinada te oferece, nada daquele INPS que é descontado todos os meses” (Ana Maria). Apesar da existência de alguma consciência da precariedade, em nível individual, existe alguma desconfiança com relação à organização em associações e à filiação a sindicatos ou cooperativas, por parte das entrevistadas. Glória, indagada a respeito das funções que um sindicato deveria realizar, afirmou: “sei que o pagamento é anual, mas sei também que eles brigam a favor do patrão, ao invés do funcionário, apóia o patrão. Eles arrecadam muito e ajuda pouco”. Emília, proprietária de uma confecção em outro bairro de Goiânia, com uma experiência de mais de vinte anos na produção, foi entrevistada numa fase piloto da pesquisa e enfatizou mais ainda a desconfiança com relação ao sindicato que atende aos trabalhadores do setor em Goiás:

Porque hoje o sindicato é só pra ganhar dinheiro, porque na hora que você precisa mesmo, não. Na Associação A tinha advogado, mas eu nunca utilizei, teve um dia que precisei do advogado, parece que só podia atender a gente se a mensalidade tivesse em dia, aí eu falei, não, eu nem sei se vai servir, na hora que eu precisar aí eu vou ter que pagar um advogado particular.

Se a comunidade de trabalhadoras na confecção pesquisada manifesta desconfiança ou descrédito em relação a sindicatos, associações e cooperativas, o inverso também ocorre, ou seja, há dificuldades para o reconhecimento de trabalhadores a domicílio como objeto da práxis sindical. ARAUJO e SORJ (1993b) identificam três motivos para tal descrédito: o trabalho a domicílio é uma atividade precária e obsoleta, incompatível com os requisitos do capitalismo e, por isso, em via de extinção; os trabalhadores na confecção exercem atividades que, em geral, não são regulamentadas e pertencem ao âmbito do informal, representando uma competição indevida com os trabalhadores formais; o movimento sindical construiu sua ação privilegiando a indústria e os grandes centros urbanos, pela homogeneidade das situações de trabalho que nelas se desenvolve, o que facilita a ação coletiva e sua organização.

Embora não se evidencie, no bairro pesquisado, uma motivação para ações de representação de natureza sindical ou associativista, nota-se um resquício do papel regulamentador do sindicato da categoria em afirmações de algumas entrevistadas que são proprietárias de confecções ou facções. O salário especificado pelo sindicato é adotado como referência para o pagamento das profissionais subcontratadas e às vezes até acrescido em valor, a título de alguma compensação pelos encargos sociais que se perdem no vínculo informal. Glória, por exemplo, quando indagada a respeito do valor pago às costureiras, afirma: “É o salário do sindicato. Como a gente não assina carteira de trabalho, nós pagamos o salário bruto sem desconto. Em alguns casos a gente ainda dá uma gratificação. Ao invés de pagarmos hora extra, a gente divide um real por peça para quatro pessoas, isso vai dar mais que hora extra”. O valor do salário prescrito pelo sindicato torna-se parte de um vocabulário de motivos⁸ que aparece em justificativas e apologias que evidenciam um processo de negociação permanente entre contratados e contratantes. No entanto, a animosidade entre as partes é menor onde os vínculos de sociabilidade primária, de parentesco e vizinhança são maiores, como o caso da comunidade estudada. O depoimento de Emília, a única entrevistada que não é do bairro

⁸ Utilizo o termo “vocabulário de motivos” no sentido expresso por Wright Mills, de definição “lingüística” de situações e interações, consistindo numa forma de agir e envolvendo um processo de negociação de identidades. (Cf MILLS, 1970; LYMAN e SCOTT, 1989).

e cujo empreendimento está registrado e formalizado há muito tempo, testemunha que as pendengas judiciais entre patrões e empregados são mais comuns do que suspeitaríamos se restringíssemos o olhar apenas ao bairro São Judas:

Essa costureira foi até no sindicato sem ter razão. No dia vinte e nove de outubro ela pediu acordo, e eu dei na hora, passei cinco anos e meio esperando isso. O relacionamento é difícil; elas sempre acham que estão te dando mais do que o salário paga, mas isso não é verdade, porque elas estão ganhando o combinado. Eu pago alto, essa que tá saindo ganha setecentos reais, acima do salário do sindicato que é de trezentos e oitenta reais.

A dificuldade que se manifesta na construção de uma representação da categoria, bem como na constituição de associações, tem como correlatos problemas na formação de uma consciência profissional na categoria e até na construção de uma identidade profissional entre as trabalhadoras do setor de confecção no bairro pesquisado. A prática da costura é vista positivamente, de maneira geral entre as entrevistadas, independentemente da função no processo produtivo ou condição de empregador ou empregado. Contudo, trata-se de uma identidade muito ligada a atributos de uma trabalhadora em tempo parcial, subordinada às responsabilidades do trabalho doméstico. Os atributos da nova identidade em relação ao papel tradicional da “dona de casa” não são definidos em função dos produtos ou da obra que a costureira realiza, nem de uma atribuição de status diferenciada, mas da negatividade em relação à jornada, atribuições, e condições de um trabalhador em tempo integral.

Tenho muito orgulho em dizer que eu sou costureira. Muitas pessoas me perguntam e eu sempre respondo na hora. Apesar de trabalhar muito, e às vezes me sentir muito cansada, eu gosto do que eu faço. Esse trabalho tem muitas vantagens. Por exemplo, eu ganho o meu dinheiro dentro de casa mesmo, não preciso sair em dia de chuva, debaixo do sol, e tenho mais liberdade na minha própria casa. (Marina)

Eu não tenho o compromisso de chegar e sair na hora marcada do serviço, eu não dependo de patrão. Tem também a minha filha, eu tenho tempo de ficar em casa com ela, tenho mais tempo para ajudar ela nas tarefas de escola, eu posso ajudar mais ela do que se eu trabalhasse fora. (Joyce)

O tempo também é uma vantagem, porque eu tenho tempo de ganhar meu dinheiro e também de cuidar de casa, quando eu preciso ir ao médico, vou tranqüila. Posso dizer que estou satisfeita com meu trabalho, se fosse pra eu escolher continuar com esse serviço ou trabalhar como assalariada eu nem pensava, continuava aqui. (Ana Lúcia)

Há, sem dúvida, algum nível de emancipação em relação ao tradicional domínio masculino, no que se refere à hegemonia de sua contribuição econômica. Contudo, várias das entrevistadas parecem não almejar a independência total nesse aspecto, enfatizando a autonomia no consumo e mantendo a heteronomia no provimento da renda familiar. Como a dominação de gênero no âmbito doméstico depende do ocultamento do valor das atividades femininas, tal atitude tem como consequência a renúncia a uma renovação dos valores que poderiam conduzir a uma relação familiar mais igualitária em termos do dispêndio laboral e de seu reconhecimento social. Ana Carla, por exemplo, considera que a dependência em relação a seu marido diminuiu, embora a dupla jornada que agora enfrenta não lhe permita aproveitar a sua autonomia relativa:

O dinheiro que o meu marido me dá é a conta da despesa de casa. Às vezes, eu quero comprar alguma coisa, presentear alguém, dá algum dinheiro para o filho, eu não preciso mais depender dele, nem do dinheiro dele para fazer esse tipo de coisa. Eu faço o que eu quero, depois que eu

ganhei o dinheiro ele é meu, aí eu gasto como quero. (...)Eu não tenho hora para o lazer. Minha vida é a casa, o marido, os filhos, e também o trabalho.

Considerações finais

São vários os termos empregados na literatura que sintetizam uma análise da relação entre trabalho domiciliar e trabalho doméstico: subordinação, complementaridade, oposição, contradição, tensão. Apesar da limitação de nossa amostra e da incompletude na apresentação dos resultados, convém acrescentar uma contribuição às interpretações da relação conceitual que privilegiamos. Propomos compreender o trabalho doméstico e o trabalho domiciliar por uma mediação com as relações de gênero. Em relação ao trabalho doméstico, a questão de gênero é mais simples: a mulher trabalha em casa, em âmbito privado; o homem na rua, espaço público; as atividades da mulher no trabalho doméstico não requerem qualificação, mas são assimiladas naturalmente, graças a características biológicas das quais depende a reprodução da espécie e a convenções sociais tradicionalmente estabelecidas e transmitidas pelo processo de socialização. A dominação masculina no mundo do trabalho doméstico tem como base ideológica uma justificação naturalista de papéis e atributos no espaço doméstico transformada em motivos de ação por uma série de máximas conversacionais, como: “o homem é naturalmente desajeitado”, “a mulher deve cuidar da casa, deve ser prendada” “aquele não é um trabalho para mulher”, “a mãe deve dar educação para os filhos”, “a mulher, em casa, deve servir o homem, que trabalha todo dia”. O trabalho doméstico é um não-trabalho, pois não “dá dinheiro” e a mulher que trabalha fora é uma não-mulher, ou seja, ela se masculiniza, pois o lugar do homem é na rua e as atividades domésticas são contrárias a sua natureza. A um tipo ideal da percepção do trabalho doméstico que podemos designar como “naturalístico” corresponde uma concepção essencialista de gênero. Facilmente identificaríamos os atributos culturais e papéis sociais determinados e socialmente reconhecidos da “mulher do lar” e do “homem trabalhador”. Contudo, sabemos que, nas interações da vida doméstica cotidiana ocorrem negociações não somente sobre papéis, mas também sobre atividades relacionados a gênero, em vários tipos de situações. Questões como “quem vai à feir”, “quem cozinha nos fins de semana”, “quem ajuda os filhos a fazer suas tarefas” e as decisões a que correspondem são construídas argumentativa e até performaticamente por atos lingüísticos. Um exemplo típico desses motivos relacionados à construção de identidades na esfera doméstica é o uso do termo “patroa” pelo marido, ao se referir à esposa ou à parceira com quem coabita. O termo não é usado diretamente nas conversas do casal, mas sempre obliquamente, a terceiros, conotando, ironicamente, um tipo de dominação feminina que ocorreria no lar e que constrangeria o homem, similar à dominação hierárquica que o marido, no caso, sofre por parte de seu chefe. No limite, a mulher se ocupa das tarefas domésticas, mas também tem autoridade sobre os gastos domésticos, tem poder sobre o orçamento da casa, independentemente de gerar diretamente rendimentos com atividades domiciliares. Nesse caso, temos um tipo ideal “construcionista” da percepção do trabalho doméstico, ao qual corresponde uma concepção pragmática do gênero, ainda que submissa a valores que regem a acumulação capitalista.

Em relação à percepção do trabalho domiciliar, que gera valor de troca de maneira mais perceptível, pode-se considerá-lo “tecnicamente”, tendo em vista o desenvolvimento da produção e a acumulação do capital. Aqui a divisão do trabalho com base em capacidades e habilidades adequadas adquire relevo. No que se refere a uma divisão sexual do trabalho, motivos objetivistas e científicos relacionados à

produção aliam-se a justificativas de ordem biológica ou até naturalística, como a velha distinção entre trabalho manual, relacionado à criatividade e espontaneidade, feminino, e trabalho intelectual, racional, ligado à tomada de decisões, masculino. A divisão do trabalho doméstico não se altera, nesse caso, e as filhas passam a ajudar a mãe, que assume e “se conforma” com a dupla jornada de trabalho. Há também uma possibilidade de articulação com uma percepção construcionista, levando até à inversão dos papéis tradicionais na esfera doméstica em função de uma produtividade maior. É o caso, por exemplo, presente no depoimento de Cida, em que o marido assume as tarefas domésticas e até algumas etapas do trabalho domiciliar na confecção (ou seja, assume a própria dupla jornada), enquanto a mulher, com larga experiência na produção de confecções, assume o controle do empreendimento. Contudo, valores afetivos e familiares, que também integram a esfera doméstica, tornam-se subordinados a um tipo de individualismo empreendedorista:

Meus filhos não me ajudam em nada. Mas meu marido me ajuda muito, em tudo. Ele leva o serviço para as costureiras, busca, ele faz os arremates para mim, conta as mercadorias para que eu faça as notas fiscais, ele me ajuda muito. Isso sem falar na parte doméstica que fica só por conta dele, é ele quem faz tudo. (...) Meu esposo não se importa comigo, para ele o que importa é o dinheiro. Eu também não ligo muito para ele, o que eu gosto mesmo é da minha turma de viagem, gosto muito dos meus colegas de trabalho. Nosso relacionamento é bom, mas não pode ser considerada uma relação entre marido e mulher, é mais uma relação de amizade. Ele se dedica mais ao bar e depois me diz que eu não tenho tempo para nada. Hoje meu filho veio me dizer que era para eu parar de costurar por hoje porque eu não dou atenção pra ele, mas eu respondi que ele não precisa mais de mim porque ele já tem vinte e um anos. Mas eu parei um pouco e fiz o jantar para ele. Nosso relacionamento ficou pior, se a gente pensar bem, porque eu não tenho tempo mais para eles, eu viajo muito, toda quinta para falar a verdade, e só volto no sábado, durmo um pouco e me levanto às quatro e meia da manhã e vou para a feira. Quando eu volto, eu almoço e vou dormir, de tarde eu vou à igreja. Se eu tiver algo para falar com eles é depois de tudo isso, mas acho que eles não podem reclamar, porque tudo que eu tenho hoje em dia eu consegui através da costura, foi tudo na máquina, a casa que eu construí, toda a criação dos meus filhos. Por isso, eu não reclamo de nada, e posso falar que estou satisfeita.

A articulação tecnicismo-construcionismo pode originar modelos de produção e gestão empresarial mais elaborados, com melhoria na qualidade da produção e também dos recursos humanos, mesmo envolvendo processos de terceirização e subcontratação. Nesse caso as inovações tecnológicas e organizações das empresas contratantes são transferidas e disseminadas ao longo da cadeia. Tal forma “virtuosa” de subcontratação não se verifica no bairro São Judas Tadeu, em que a porcentagem de empresas cadastradas e regularizadas, com racionalização técnica e administrativa de tipo industrial, é ínfima.

Ocorre também uma percepção “humanística” do trabalho domiciliar, que valoriza os motivos, a subjetividade, a ética e os valores envolvidos nas relações e na organização do trabalho. Articulada a uma visão naturalística do trabalho doméstico chega-se a uma representação que agrada particularmente as confecções maiores, contratantes, geralmente produtoras e distribuidoras, na cadeia de confecção, pois justifica o trabalho parcial, domiciliar, não regulamentado, apregoado como uma “concessão” da empresa, face às duras exigências da produção e do trabalho disciplinado, externo e em tempo integral, às necessidades da organização familiar. É o tipo de percepção que se coaduna com as relação de subcontratação e precarização das relações de trabalho, embora o caráter predador da força de trabalho nas extremidade da cadeia seja ainda maior na articulação naturalística-tecnicista que vimos atrás, cuja consequência pode ser sintetizada num tipo de taylorismo doméstico na ponta precária da cadeia de produção. No entanto, a articulação entre objetivismo naturalista e

humanismo apresenta também uma versão mais “virtuosa”, que emerge com a criação de associações e cooperativas autogestionárias que realizam cursos de capacitação e orientam a formalização das empresas de base familiar, às vezes intermediadas por iniciativas governamentais, de ONGS e de instituições do chamado “sistema S” (Sesc, Sesi, Senac, Senai e Sebrae).

Finalmente, chega-se a um tipo ideal da percepção da relação entre trabalho doméstico e trabalho domiciliar que alia o construcionismo e o humanismo, valorizando as inovações organizacionais que privilegiam a subjetividade e diminuem a dominação por gênero, nem sempre compatíveis com o que se requer, ainda hoje, no sistema industrial ou mesmo com as exigências de uma pequena empresa de confecção. Compreenderiam, nas relações de trabalho investigadas, a tipos de atividades menos comprometidas com a produção e mais ligadas à distribuição e comercialização dos produtos, análogas à de profissionais de venda direta, que requerem, para seu êxito, uma rede de relações cuja base é o núcleo familiar e a vizinhança. Ainda assim, essa forma de percepção vigora, como representação social, quando, apesar de se gerar alguma renda com atividades como costureira independente ou trabalhadora em facção, a trabalhadora ainda considera estar “fazendo um bico”. Pode-se também afirmar que essa percepção mais subjetivista do trabalho domiciliar é a que prevalece nos estágios de aprendizagem ou no início da profissionalização, quando ainda há incerteza sobre a permanência na atividade. Porém, a precariedade nas relações de subcontratação e o caráter de empreendimento familiar na maioria dos casos no bairro estudado potencializam essa representação, fazendo com que as trabalhadoras se considerem desvinculadas, por muito mais tempo que o normal. Lorena, por exemplo, trabalha, há seis meses, das oito e meia da manhã e até às 6 da tarde e tem duas horas de almoço, com montagem de roupa íntima feminina, numa empresa de base familiar que confecciona de 150 a 200 peças por semana; ganha dez centavos por cada peça que monta. Quando questionada sobre como se sente em relação a suas atividades de trabalho, Lorena afirmou que se vê “como uma desempregada, fazendo um bico”.

		Trabalho doméstico	
		Naturalismo	Construcionismo
Trabalho domiciliar	Tecnicismo	Taylorismo Dupla jornada Papéis fixos Dominação masculina Valorização da produção	Flexibilização nas funções Flexibilidade na jornada Negociação de papéis Empreendedorismo Utilitarismo e individualismo
	Humanismo	Reestruturação produtiva Jornada parcial, acomodada à esfera doméstica Negociação de papéis Associativismo e cooperativismo Valorização da regulamentação	Organização, motivação e valores alternativos ao padrão industrial/empresarial Autonomia no compromisso com a jornada Pragmatismo e ativismo na construção do gênero Autogestão e solidarismo Ambigüidade entre regulamentação e informalidade

O esquema com o qual encerramos este trabalho sintetiza as considerações anteriores, bem como sugere outras leituras e interpretações, embora a principal intenção ao divulgá-lo, ainda em fase de revisão e de novas incorporações a partir do material da pesquisa empírica, seja contribuir em estudos comparativos sobre o trabalho domiciliar no setor de confecção

Finalizando as considerações, concordamos com a análise de que existe uma tensão entre trabalho domiciliar e trabalho doméstico na extremidade “precária” da cadeia de confecção. Propomos um esquema interpretativo para identificar e objetivar os fatores envolvidos na relação. Contudo, devemos esclarecer que, para melhor compreender o esquema, deve-se evitar o sentido metafórico mais usual no emprego do termo “tensão”, que remete ao domínio da física (relativo ao uso de forças ou de campos elétrico ou magnético). Pensemos na tensão com referência ao domínio da música, ou melhor, da harmonia, com a alternância entre movimentos de tensão e repouso numa mesma peça musical. A tensão pode ser até explicada por uma análise das frequências e sucessões ou encadeamentos de notas, ou da estrutura musical, porém é um fenômeno que só se efetiva na percepção do ouvinte, que também está determinada natural ou biologicamente, mas também social e culturalmente. Assim, a interpretação dos atos performáticos de construção de gênero e de identidade profissional ou ocupacional pode, quando a percepção da organização do trabalho é que está em jogo, nos dizer mais do que a análise do regime de acumulação ou de fatores relacionados à estrutura social.

Bibliografia

ABREU, Alice Rangel de Paiva. *O avesso da moda*. Trabalho a domicílio na indústria de confecção. São Paulo: Hucitec, 1986.

ABREU, Alice Rangel de Paiva; SORJ, Bila. Trabalho a domicílio e relações de gênero: as costureiras externas no Rio de Janeiro. In: ABREU, A.R.P.; SORJ, B. (Orgs). *O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993a, p. 43-61.

ABREU, Alice Rangel de Paiva; SORJ, Bila. Trabalho a domicílio – sociedades contemporâneas – uma revisão da literatura recente.. In: ABREU, A.R.P.; SORJ, B. (Orgs). Op. cit., 1993b, p. 11-24.

AMORIM, Elaine Regina Aguiar. *No limite da precarização? Terceirização e trabalho feminino na indústria de confecção*. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Unicamp, Campinas.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; AMORIM, Elaine Regina Aguiar. Redes de subcontratação e desigualdades de gênero e raça no Brasil. *Cadernos Pagu*. Campinas, v. 17/18, p. 267-310, 2001/2002.

BRUSCHINI, Cristina; RIDENTI, Sandra. Desvendando o oculto: família e trabalho domiciliar em São Paulo. In: ABREU, A.R.P.; SORJ, B. (Orgs). Op. cit., p. 83-132.

ALVESSON, Mats; SKÖLDBERG, Kaj. *Reflexive methodology: New vistas for qualitative research*. London: Sage, 2000.

CASTRO, Sérgio Duarte de. *O arranjo produtivo de confecções da região de Jaraguá-GO*. Relatório de Atividades da Expansão da RedeSist. UCG/UFRJ, 2004. Disponível em http://redesist.ie.ufrj.br/dados/nt_count.php?projeto=nt41&cod=5. Acesso em 15/12/2005.

FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GAZZONA, Raquel da Silva. Trabalho feminino na indústria do vestuário. *Educação e Sociedade*. Campinas, v.18, n.61, dez. 1997.

GORINI, A.P.; SIQUEIRA, S. *Tecelagem e Malharia*. Rio de Janeiro: BNDES Setorial, 1998.

HAGUENAUER, L et al. *Evolução das Cadeias Produtivas Brasileiras na Década de 90*. Texto para Discussão nº 786. Brasília: IPEA, abril de 2001.

HUBER, Günter L. *Analysis of qualitative data with Aquad Five for Windows*. Schwangau: Huber, 1997.

LEITE, Marcia de Paula. Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais. *Trabalho, educação e saúde*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 239-265, 2004.

LIMA, Jacob Carlos; FERREIRA, Brasília Carlos. Trabalhadores urbanos no Nordeste. Trajetórias profissionais, mobilidade espacial e organização operária. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 30, p. 83-99, 1999.

LIMA, Jacob Carlos. Qualidade e precarização: organização do trabalho na indústria do vestuário. *Política e Trabalho*. João Pessoa, v. 12, p. 61-103, 1996.

LUPATINI, Márcio Paschoino. *As transformações produtivas na indústria têxtil: vestuário e seus impactos sobre a distribuição territorial da produção e a divisão do trabalho industrial*. 2004. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) - Unicamp, Campinas.

LYMAN, S. M.; SCOTT, M. B. Accounts. In: *A Sociology of the Absurd*. 2ed. Dix Hills: General Hall, 1989 [1968]. p. 112-132.

MILLS, C. W. Situated Actions and Vocabularies of Motive. In: Stone, Gregory P. e Farberman, Harvey A. (eds.) *Social Psychology through Symbolic Interaction*. Waltham: Xerox College, 1970 [1940], p. 472-480.

MOREIRA, Maria Vilma. Cooperativismo e desenvolvimento: caso das cooperativas de confecções do Maciço de Baturité, Ceará. *Política e Trabalho*. João Pessoa, v. 13, p. 55-76, 1997.

PROCHNIK, V. *Estudo da Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio - Cadeia Têxtil e Confecções*. Nota Técnica Final. UNICAMP-IENEIT- MDIC-MCT-FINEP, dez./2002.

GLASER, B.G.; STRAUSS, A. *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for qualitative research*. New York: Aldine, 1967.

RUAS, Roberto. Notas acerca das relações entre trabalho a domicílio, redes de subcontratação e as condições de competição. In: ABREU, A.R.P.; SORJ, B. (Orgs). *Op. cit.*, 1993, p. 25-41.

SILVA, Luis Antonio Machado da. A oposição entre trabalho doméstico e trabalho feminino remunerado. In: LOPES, José Sérgio Leite et. al. *Mudança social no Nordeste*. A reprodução da subordinação (Estudos sobre trabalhadores urbanos). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 195-210.

MUNICÍPIO DE GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Planejamento. *Radiografia Social e Econômica de Goiânia e Entorno*. Goiânia, 2004. CD-ROM.

STRAUSS, A.L.; CORBIN, J. *Basics of Qualitative Research*. London: Sage, 1990.

